

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 491.035 - SP (2019/0026704-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE** : JOÃO MENDES DOS REIS NETO  
**ADVOGADO** : JOÃO MENDES DOS REIS NETO - SP126113  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 45/46, a qual indeferiu, em juízo preliminar, a alteração do regime inicial de cumprimento de pena do ora requerente.

Sustenta-se que o regime inicial semiaberto deve ser modificado para o aberto, tendo em vista o desconto de tempo de prisão provisória, nos termos do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal – CPP.

Afirma-se que foi expedido mandado de prisão para início da execução da pena.

É o breve relatório.

Decido.

Conforme a certidão de fls. 53/54, a prisão cautelar do requerente teve início em 23/11/2013 e término em 30/5/2014 (6 meses e 7 dias). De acordo com a sentença (fls. 14/23) e o acórdão da apelação (fls. 24/32), o regime semiaberto está baseado, exclusivamente, na quantidade de pena (4 anos e 4 meses de reclusão). Realizando-se a detração do tempo de prisão provisória, conforme determina o art. 387, § 2º, do CPP, o regime inicial deve ser o aberto.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 45/46, defiro a liminar para que o ora requerente inicie o cumprimento da pena em regime aberto.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

